

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO ACADÊMICA DE UM FUTURO PROFISSIONAL

Eixo temático: 5 - Acesso, permanência e evasão de estudantes da educação superior pública e sua interface com demandas do ensino médio público, na perspectiva da inclusão.

Marcela Luzio Ferreira Moquiuti, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS.
e-mail: marcelahistu@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, observamos o aumento de matrículas de estudantes da Educação Especial em diferentes cursos de nível superior no Brasil. Esse cenário reforça a importância em discutir não apenas o atendimento e a acessibilidade, mas que tipo de profissional público da Educação Especial a universidade está formando.

Nesse sentido , o artigo discute o Atendimento Educacional Especializado – AEE, no ensino superior e analisa aspectos importantes para a formação do futuro profissional público da Educação Especial. Para a reflexão, foi realizado um levantamento de pesquias sobre o AEE no ensino superior no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, que se aproximam do tema em debate.

Inicialmente, para discutir o Atendimento Educacional Especializado no Ensino Superior é necessário considerar os dispositivos legais que garantem a inclusão do púbico da Educação Especial.

Entre os documentos que contemplam este público estão a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como direito de todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que define o AEE como um serviço complementar ou suplementar à formação dos estudantes e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) que amplia os direitos das pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade e igualdade de oportunidades também no ensino superior.



Além disso, o Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre o AEE, destacando sua função de eliminar barreiras que dificultam o processo de aprendizagem. No âmbito da universidade, esses dispositivos exigem adaptações que promovam a acessibilidade e inclusão, no entanto é importante pensar se ações previstas no AEE, contribuem de fato para formar um profissional que irá ingressar no mercado de trabalho.

2. METODOLOGIA

O artigo apresenta uma pesquisa de abordagem qualitativa, pautado em levantamento bibliográfico sobre o AEE no ensino superior. Para a discussão foi realizado um levantamento de pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado no catálogo da CAPES, tendo como objetivo analisar as produções científicas que abordam práticas, desafios e perspectivas do AEE no contexto universitário. Foram selecionados trabalhos publicados entre 2020 e 2025 a fim de garantir a atualidade das discussões.

Os critérios de inclusão envolveram estudos que tratassem do AEE, educação inclusiva, política-públicas e práticas pedagógicas voltadas a estudantes público da Educação Especial no Ensino Superior. Os critérios de exclusão abrangeram trabalhos que não apresentaram relação com o contexto educacional ou que se limitavam à educação básica.

Utilizando os descritores: Atendimento Educacional Especializado, Ensino Superior e Inclusão, foram encontrados 123 trabalhos, mas apenas 6 foram selecionados para a discussão, por aproximarem dos objetivos desse estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Entre as pesquisas selecionadas, os autores: Miszewski da Roza; Pereira (2021); Nascimento (2022); Cunha (2024); Rosalen (2024); Duarte (2025) discutem questões que estão previstas nos dispositivos legais, enfatizando o papel das políticas públicas, as práticas pedagógicas, a acessibilidade dos espaços, entre outras, que influenciam no Atendimento Educacional Especializado.



A pesquisa de Miszewski da Roza (2020), discute o Atendimento Educacional Especializado no ensino superior a partir da realidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Para a discussão o estudo analisa o atendimento considerando o "Programa Incluir", que foi criado em 2005 nas universidades públicas do Brasil. O trabalho conclui apesar do programa ter sido criado há mais de uma década, o processo de inclusão de estudantes com deficiência está em fase de implementação e demandam ações mais efetivas que garantam que os estudantes concluam os estudos.

Pereira (2021) analisa a inclusão de acadêmicos talentosos no ensino superior. Como estes acadêmicos são identificados, como acontece o Atendimento Educacional Especializado e o processo de ensino-aprendizagem. A pesquisa conclui que a falta da formação docente influencia no atendimento a estes acadêmicos que não possuem oportunidade para a identificação, pois não existe uma estrutura ou organização que identifique acadêmicos com indicadores com Altas Habilidades/Superdotação o que leva a estes educandos a permanecerem na invisibilidade.

A tese de Rosalen (2024) discute o olhar de gestores, docentes envolvidos na inclusão de acadêmicos da Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal do ABC e Universidade Federal de São Paulo, destacando os desafios dessa implementação. Os resultados apontaram para a necessidade de olhar para algumas questões como a manutenção das Políticas de Ações Afirmativas; Núcleo e/ou Secretaria e/ou Coordenadoria de Acessibilidade e Inclusão vinculados diretamente à Reitoria; Formação continuada de docentes vinculada ao Plano de Carreira; Atendimento Educacional Especializado.

Duarte (2025) analisa a implementação do Atendimento Educacional Especializado – AEE no ensino superior da Universidade Federal de Campina Grande. A análise é realizada com o estudo sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Os resultados da pesquisa apontaram que o AEE não atende integralmente os acadêmicos púbico da educação especial, devido questões quanto a dimensão pedagógica, plano educacional individualizado, falta de profissionais pedagogos na equipe de multiprofissionais, presença de barreiras atitudinais e falta de formação para a comunidade academia.



Apesar dos avanços no campo da Educação Especial e a organização do Atendimento Educacional Especializado nos últimos anos, o capacitismo ainda persiste, e nesse sentido é necessário pensar no acadêmico como um futuro profissional que deverá enfrentar um mercado de trabalho.

As 6 (seis) pesquisas selecionadas abordaram o Atendimento Educacional Especializado – AEE e pontuaram questões relevantes, como barreiraras atitudinais, a adequação pedagógica e formação docente para atender acadêmicos público da Educação Especial, no entanto é necessário que esse atendimento seja implementado de maneira que os acadêmicos da educação especial tenham acesso a ao conhecimento de fato.

O Atendimento Educacional Especializado, não pode apenas realizar as adequações das atividades previstas no plano de ensino e garantir a acessibilidade dos espaços, mas deve formar o acadêmico integralmente, capaz de exercer a profissão escolhida com excelência.

É importante olhar para a universidade como lugar de autonomia, crescimento, pesquisa, relações e conhecimento, e como todos os estudantes ali inserido, o acadêmico público da Educação Especial precisa ser incluído nessa proposta.

4. CONCLUSÕES

As pesquisas mostraram que o Atendimento Educacional Especializado deve considerar as experiências e a realidade dos estudantes. Pensando no universo acadêmico é importante levantar a questão: que profissional a universidade está formando? Aquele amparado pelo capacitismo? Ou aquele com autonomia para exercer sua profissão?

Diante dessas questões, é necessário analisar o Atendimento Educacional Especializado – AEE oferecido pela universidade, considerando as particularidades de cada contexto. Também é fundamental reconhecer que a universidade possui características próprias, diferente da educação básica.



Na Educação básica o acadêmico tem o suporte do profissional de apoio em sala, já na universidade o professor da disciplina exerce um papel fundamental no processo de inclusão, pois é ele quem deve orientar e realizar as adequações quando necessário. Nesse contexto, refletir sobre como promover a autonomia do acadêmico da educação especial é fundamental. Por isso, as ações previstas no AEE devem considerar a realidade de cada curso e as exigências da universidade, como estágios supervisionados, projetos e avaliações.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF.1988.

BRASIL. Decreto 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento especializado e dá outras providências**. Disponível emhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/decreto/d7611.htm. em12/03/2018.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 13 out 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília**, DF, 2015.

CUNHA, Fernanda Lanzarini da. **Núcleos de acessibilidade em universidades federais da região sul do brasil na defesa e efetivação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2024.

DUARTE, Elias Ribeiro. **Atendimento educacional especializado no ensino superior: concepção e implementação na Universidade Federal de Campina Grande.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, 2025.



MISZEWSKI DA ROZA, Barbara. **Atendimento educacional especializado no ensino superior: universidade federal do Rio Grande do Sul em foco**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.2020.

NASCIMENTO, Marcelly de Sousa. **Inclusão do público-alvo da educação especial no ensino superior e a atuação institucional dos núcleos de acessibilidade das universidades federais do estado do Rio de Janeiro: políticas, culturas e práticas.** Dissertação (mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,2022.

PEREIRA, Débora Thalita Santos. **A perspectiva da inclusão de discentes com altas habilidades/superdotação na educação superior**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Maranhão,2021.

ROSALEN, Patrícia Cristina. **Educação Especial no Ensino Superior: potencialidades e desafios na construção de uma educação inclusiva**, Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Instituto de Biociências, Rio Claro, 2024